

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.419 - RN (2019/0149754-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE
AGRAVADO : ANA FLAVIA OLIVEIRA BARBOSA DE LIRA
AGRAVADO : CIROS KAUER TAVARES DAS CHAGAS
AGRAVADO : RAELLY GOMES DE LIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interno de decisão que não conheceu o recurso especial do Instituto Federação de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, tendo em vista que a matéria objeto de insurgência foi examinada no acórdão recorrido por meio de interpretação de emendas constitucionais. Alega o agravante o seguinte: (a) não houve cumprimento da regra dos arts. 1.032 e 1.033 do CPC/2015, que prevê oportunidade ao recorrente de demonstrar repercussão geral para fins de remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal; e, não obstante, (b) a questão foi decidida com base no art. 381 do CC/2002, suscetível de exame em recurso especial. Houve impugnação.

É o relatório.

Antes de mais nada, necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*. Com razão a agravante, pois, versando o recurso sobre questão constitucional, é de se conceder ao recorrente prazo de 15 (quinze) dias para que demonstre a existência de repercussão geral e se manifeste sobre a questão constitucional. Sobre a matéria ora em discussão, o Supremo Tribunal Federal reconheceu nos autos do RE 1140005 a repercussão geral da discussão relativa *“ao pagamento de honorários à Defensoria Pública, em litígio com ente público ao qual vinculada”* (Tema 1002), circunstância que indica natureza constitucional da questão tratada na presente insurgência.

Nessas circunstâncias, dou **PROVIMENTO** ao presente agravo interno para **tornar sem efeito a decisão de fls. 593/595 - bem assim a de fls. 596/598-e, para evitar desnecessário tumulto processual** - e determino a **intimação** do Instituto Federação de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte para os fins do art. 1.032 do CPC/2015.

Prejudicado o agravo interno de fls. 608/611-e, subscrito pela Defensoria Pública da União.

Esgotado o prazo, retornem-se os autos conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator